

A Vila Columeliana e sua Racionalidade

Douglas de Castro Carneiro PPH/UFOP

Introdução

Na Europa, os estudos sobre as vilas rurais romanas tem ganhado espaço nos últimos anos e o seu reflexo tem atingido o Brasil. Historicamente, os manuais de agricultura foram redescobertos no final da Idade Média e no início do Renascimento e depois traduzido do latim para as línguas nacionais. De acordo com Jerza Kolendo (1980,p15), em princípio temos o *De Re Rustica* de Catão, Varrão e Columela e alguns dos livros do *História Natural* do Plínio o velho e as Geórgicas de Virgílio. De acordo com Marie Pierre Zannier (2007,p8), pelo número e pela qualidade de suas produções, a literatura agrária romana pode ser considerada um fenômeno social a parte. Estes escritos didáticos remetem-se e atendem ao interesse de diferentes grupos sociais que foram beneficiados por essas transformações e apontam para um período de expansão dos modelos agrícolas do mediterrâneo. A leitura desse corpus documental tem sido realizada principalmente pela perspectiva econômica relembrando a querela entre primitivistas e modernistas visando à discussão da produtividade do trabalho nas vilas rurais. Tendo em vista esta questão, a exposição será dividida em duas partes: inicialmente apresentaremos uma exposição sobre a vida e obra de Columela e em segundo lugar estará realizando uma análise do primeiro livro e como a historiografia moderna tem auxiliado na comprovação de nossas hipóteses.

A Vila Columeliana e a sua Racionalidade

Nosso conhecimento sobre a história pessoal de Lucio Moderato Columela e as datas dos seus escritos, tem derivado de sua conjectura e das referências incidentais que ele faz a diversas pessoas e lugares. Sabemos que ele era da cidade de Gades (Cádiz), um *municipium* romano ao sul da Espanha na província da Bética. Ele faz muitas referências a Júlio Gálio e M. Trebácio Máximo. Este último pode ter sido o legado no qual em 36 d.C., Columela teria servido como tribuno militar na VI Legião Ferrata estacionada na Síria. Uma inscrição descoberta em 1685 em Tarento atesta essa informação. No Império Romano, possuía terras na região da Toscana, no Lácio e nos arredores de Ardea. Quanto a sua produção intelectual perdeu-se um tratado de astrologia que propunha a conexão entre as cerimônias religiosas e a agricultura. Columela ficou conhecido por ter escrito o *De Re Rustica*, ou “Sobre as Coisas do Campo”. De acordo com René Martin (1974,1963), o tratado columeliano foi escrito em aproximadamente doze livros tendo o seu primeiro livro dedicado a Públio Silvino com exceção do livro XI que foi dedicado a Cláudio Augusto, possivelmente um sacerdote do culto de Augusto. O primeiro livro contém direções gerais sobre a terra, e o gerenciamento das propriedades, o segundo livro remete a colheita e ao enriquecimento da terra, o terceiro, quarto e quinto livros são dedicados ao cultivo e a colheita das frutas, dos arbustos e das oliveiras. O sexto livro contém instruções para a escolha do gado, dos cavalos, das mulas, junto com um discurso sobre a medicina veterinária. O sétimo livro continua o assunto com referência aos pequenos animais, como as ovelhas, as cabras, os porcos e os cães. O oitavo livro relata sobre as pescarias, o nono livro relata sobre as pescarias. O nono livro relata sobre o cuidado com as abelhas. O livro X foi escrito em hexâmetro para satisfazer Gálio ou Silvino, sobre a propagação, das vinhas, das oliveiras e de diversas árvores. O livro XI Columela restringe-se a discorrer sobre as funções do capataz. Por fim o livro XII considera as atribuições da vilica e traz diversas receitas. De acordo com James Ackerman (1986,p12), a vila é uma construção realizada no campo, ou

na parte de fora da cidade, designadas pelo seu dono como um local de descanso que outrora era utilizado para a produção agrícola.

A racionalidade econômica é um assunto controverso no que tange a produção agrícola e a gestão da propriedade rural constitui um dos debates mais importantes sobre a economia romana. Dentro deste prospecto encontramos subterfúgios dentro da historiografia brasileira, o historiador e professor da universidade de São Paulo Norberto Luiz Guarinello (1993, p27), para estudarmos os processos econômicos em curso na agricultura peninsular no período de sua progressiva unificação sobre a égide de Roma, devemos voltar a nossa atenção para uma classe particular de edifícios rurais, as casas das fazendas, isoladas núcleos de habitação e produção agrícola que dominaram algumas regiões da Itália por vários séculos. O professor Guarinello aponta suas preocupações com certa razão, quando pensamos as vilas rurais elas não são somente locais para descanso, mas servia para a produção e o sustento desta propriedade. Dessa forma apresenta Norberto Luiz Guarinello:

A vila, desta forma não se referia apenas a um modelo arquitetônico qualquer, mas uma organização social específica do espaço rural que se ligava por sua vez, isto é claro nos escritores agrários rurais a uma produção agrícola racionalizada no sentido de orientar-se para o mercado. De Catão, a Columela, o uso da palavra Vila preservou na verdade algumas características invariáveis referia-se sempre ao núcleo habitável de uma propriedade rural cuja produção destinava-se a venda, para o qual o trabalho escravo não era exclusivo ao menos importante (Guarinello, 1993 pp31-33)

A partir do momento em que encontramos essas transformações e com a transição que encontramos entre a república e o principado notam-se as ínfimas alterações nessa transição. De acordo com Géza Alföldy (1988,p111), podemos considerar que nos primeiros tempos do Império o período mais florescente da vida econômica de Roma. Neles se manifestou claramente um surto de desenvolvimento econômico ligado ao aumento da quantidade e da qualidade da produção. Em todos estes aspectos que não foi somente através de mudanças arquitetônicas que levou estes autores a pensarem uma transformação das vilas rurais principalmente no início do principado romano.

De acordo com Annaliza Marzano (2007,p83), em contraste com a imagem ambígua das fontes literárias presentes nas vilas marítimas, as vilas camponesas ocuparam um lugar especial nas construções ideológicas das elites romanas. Com todos esses pressupostos concordamos com as afirmações propostas pela autora, assim compreende:

As abundantes evidências literárias sobre as construções e projeções relativas às vilas rurais que são os locais voltados principalmente para o campo. Até mesmo o trabalho dos agrônomos oferecem conselhos úteis sobre o gerenciamento das vilas rurais. De outro lado, nós possuímos testemunhos físicos destes vestígios arqueológicos (Marzano, 2007, p84)

As vilas rurais deveriam ser capazes de produzir tudo aquilo que seus proprietários necessitassem. A diferença dos pequenos trabalhadores baseados em uma autarquia e na organização das vilas quando sua produção dirigia-se para o mercado. O modelo ideal da vila seria aquele que o próprio proprietário cuidasse da terra. Em segundo lugar, em que a propriedade estivesse sobre a supervisão do capataz e acima dele o senhor, porque este mesmo não possuía condições de se deslocar todas às vezes e por último e não menos importante a propriedade estaria sobre a supervisão somente do capataz. Nestas vilas imaginadas por Columela não apenas o trabalho escravo era utilizado, mas também o trabalho livre com um alto grau de hierarquização. De acordo com Keith Bradley (1999,p37), aponta aproximadamente trinta e sete funções como escravos e homens livres. De acordo com Jean Christian Dumont (1999,p116), no caso do vilico e da vilica é certo que tratavam de escravos de confiança. De acordo com Jesper Carlsen (1975,199), antes Columela nos passa o registro mais compreensivo do vilico e da vilica no início do livro I. Neste aspecto o autor tece críticas sobre o status social da elite e a desvalorização da agricultura:

Sempre escuto os principais homens de nosso Estado condenando a esterilidade do solo, e agora a inclemência do clima, porque em algumas estações passadas foram

prejudiciais às colheitas, de uns eu escuto as referidas reclamações como um raciocínio bem fundamentado pelo fato que em sua opinião o solo estava desgastado pela superprodução nos primeiros dias que não já não podem fornecer o sustento aos mortais com a mesma benevolência de outrora I, I

Na passagem, acima nota-se que a crítica empreitada por Columela não era uma crise meramente econômica como a grande maioria dos historiadores especialistas apontavam, mas uma crise moral e política. De acordo com Glauco Tozzi (1968,p70), pois Columela não consegue encontrar uma razão baseada em pressupostos econômicos responsáveis pela crise do seu tempo, pois o abandono da sua terra significava a decadência dos costumes morais. Para realçar este espelho que Columela toma o modelo da república romana quando os homens alternavam as atividades políticas com as atividades camponesas dessa forma:

Quando observo estas coisas, revendo em minha mente e refletindo a unanimidade vergonhosa com que a disciplina rural foi abandonada e passada de uso, estou com medo que isto possa ser uma desgraça e uma desonra para o homem que nasceu livre. Eu compreendo que os valores morais de ontem estão fora de sintonia com o presente principalmente com a extravagância e a devoção ao prazer (I,I,13-14.)

Este quadro representa um grande contraponto para traçar as características da sociedade que Columela vivia e principalmente quando seus conterrâneos demonstraram estarem mais interessados nas atividades urbanas do que no campo. De acordo com Angela Maria Nogueira (2006,p26), a moral tradicional assentava-se mais nos valores camponeses do que nos valores das cidades. Desta forma, interpretou o agrônomo espanhol:

Por conta disso Marcos Varrão, nos dias de nossos ancestrais, todos nós que éramos chefes de família pararam a foice e o arado e se infiltraram nas cidades e dobram as mãos nos circos e nos teatros em vez de estarem nas searas e nós ficamos admirados com os olhos dos espectadores (I, I, 15).

A consequência da crise apontada por Columela a respeito do abandono da agricultura pelos senhores é apontada por Columela. De acordo com René Martin (1971,p148), Columela representa a burguesia romana e também a provincial que durante o

período da dinastia júlio-cláudia e buscava-se afirmar economicamente diante das categorias sociais entre os libertos e os comerciantes. Neste aspecto o autor compreende a importância da agricultura intensiva:

Sou da opinião, portanto que a terra deva ser comprada nas proximidades de modo que o proprietário possa sempre se locomover sem dificuldades. Mais sempre que surgir a oportunidade ele deve permanecer nela, não mais do que o tempo suficiente. (I,2,20)

A ideia de se praticar a exploração intensiva da posse agrícola de obter o máximo de aproveitamento de suas possibilidades responde perfeitamente à mentalidade das condições do ambiente colonial provincial. De acordo com Lazaro Gabriel Lagostena Barrios(2010:14), Columela tem sido identificada como uma porta voz dos agricolae, que são personagens destacados da sociedade itálica e romana a quem sociologicamente não se sentiam representados pelos valores e políticas dos últimos imperadores das dinastias dos Júlio-Cláudio.

Esse absenteísmo dos grandes proprietários era consequência do caráter citadino por este tipo de estrutura agrícola. Quanto a isso os escritores agrícolas não nos deixam nenhuma dúvida. Dessa forma, Columela procura fazer uma descrição das vilas que ele considerava como ideal:

O tamanho das vilas e o número de suas partes podem ser divididos em três grupos: a vila urbana, a vila rústica ou a fazenda, ou armazém da vila frutuária. Os quartos devem ser divididos em quartos de inverno e em quartos de verão, de tal maneira que os quartos de inverno possam estar virados para o nascer do sol no solstício de inverno e a sala de jantar no inverno deve estar virada para o sol durante o equinócio (I, 8-6).

De todo o modo, a divisão tripartite que existia na concepção das vilas descritas pelo agrônomo de Gades reforçam na verdade antigas concepções do processo de evolução que as vilas romanas teriam desenvolvido dos séculos II a.C ao século I d.C. De acordo com Alejandro Muñoz Fornell (2001,7), parte urbana, constitui o setor mais nobre, pois é o lugar da residência, destinada ao senhor, o proprietário de terras, sua família e seus

hóspedes, ainda que não exclua a possibilidade de poder alojar o administrador.

De acordo com Fábio Duarte Joly (2005,197), a orientação da construção segue critérios estritamente climáticos. Nada na descrição sugere princípios hierárquicos entre os aposentos prevalecendo à ideia de livre circulação entre eles.

Diante das argumentações realizadas sobre a presente fonte, sugere que Columela apresenta esta definição:

Na parte devotada à fazenda será usada uma espaçosa e alta cozinha que as vigas possam ser livres do incêndio e que pode oferecer uma conveniente paragem local para o escravo da casa em cada estação do ano. É melhor que os cubículos para os escravos sem restrições sejam voltados para a construção do sol do meio dia; para aqueles que estão encarcerados eles devem possuir uma prisão subterrânea, tão saudável quanto possível, recebendo luz de um número de janelas altas e que não poderiam ser alcançadas com as mãos I, VI, III.

Neste caso, nota-se a existência de dois tipos de trabalhadores, aqueles que permaneciam livres nas horas vagas e aqueles que eram destinados aos senhores e aos capatazes que eram geralmente os responsáveis pela supervisão da vila na ausência dos seus senhores:

Os quartos devem ser fornecidos ao capataz próximo da entrada da porta para que ele possa observar quem entra e quem sai, pela mesma razão para que ele possa manter extrema vigilância. Perto de ambos existe um celeiro, onde guarda todos os instrumentos da fazenda, dentro dele existe um armário fechado com todos os equipamentos de ferro I, VI VII.

Dentro desta perspectiva, observa-se que o *vilicus* possuía um papel extremamente importante na distribuição das atividades das vilas, quando o senhor não está presente. De acordo com Egon Maróti (1976,109), as diferenças fundamentais entre os pequenos trabalhadores baseados na autarquia e na organização das vilas eram ligados diretamente ao gerenciamento da produção e controlados pelo próprio senhor.

Do mesmo modo, que os trabalhadores estavam sobre a supervisão do capataz deveria residir nas proximidades para facilitar o seu controle:

Os quartos dos pastores devem estar adjacentes aos seus rebanhos para que eles possam cuidar quando for preciso. E todos devem morar próximos uns dos outros, para que o empenho do capataz não aumente para poder circular por diversos lugares para que a diligência e a negligência sejam aparentes (I,VI,VIII)

Logo, a organização espacial da vila rural muitas vezes era uma forma do reflexo do poder que a aristocracia rural romana possuía e dessa mesma forma era objeto de crítica constante do autor, pois segundo ele eles haviam abandonado antigas práticas que o homem romano tradicionalmente tinha e isto acabou refletindo ao pensar a sua racionalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *De Re Rustica* de Columela de fato é uma fonte importante para o mundo antigo, principalmente para os pesquisadores que anseiam desvendar as nuances do mundo rural romano. Dentro destes fatos apresentados, pretendemos observar as possíveis leituras que tanto o próprio Columela apresenta sobre as vilas rurais geralmente usadas para o descanso dos nobres romanos como também para a produção de bens materiais que seriam usados para o mercado mais próximo. Com o auxílio da historiografia que buscou analisar a presente fonte, podemos observar que não é apenas uma racionalidade econômica que encontramos no desenvolvimento de suas vilas, mas uma análise política e ideológica.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTE:

COLUMELLA, L.J.M. *De Re Rustica*. Cambridge: Loeb Classical, 1974.

ALFOLDY, G. *História Social de Roma* Lisboa: Presença, 1989.

ACKERMAN, J. *The Villa As Paradigma Pespecta Vol22 Paradigmes of Architeture* 1986 Architeture Jounal Yale University. p10-31.

BARRIOS, Lágostena Gabriel Lázaro. Columela: una visión provincial de la uillatica pastio. HISPANIA et Gallia: Dos Provinciais del Occidente Romano Universidade de Barcelona, 2010.

BRADLEY, Keith Slave at Society in Rome Key Themes in Ancient History 1999.

CARLSEN, Jesper The Villica and The Roman Estate Management Landuse in The Roman Empire 1995.

DUMONT, Jean Christian La Ville Esclavagiste? Tópoi, 1999.

KOLENDO, J. L'Agricoltura nell'Italia Anticua Tecniche agrarie e progresso economico dalla tarda republica al principato. Roma: Editora Riuniti, 1980.

MARTIN, R. Recherchessur les agronomes latins et leurs conceptions economiques et sociales. Paris: Les Belles Lettres, 1971.

GUARINELLO, Norberto. Luis. Ruínas de uma Paisagem: Arqueologia das Casas de Fazendada Itália Antiga Tese de doutorado em Arqueologia, USP, 1993.

JOLY, DUARTE, F. Libertat Opus est. Escravidão, manumissão e Cidadania a época de Nero (54-68 d.C.) São Paulo 2005.

MARTIN, R. Familia Rustica: les esclaves chez les agronomes latins". In: Actes du Colloque 1972 sur l'Esclavage. Besançon: Annales Littéraires de L'Université de Besançon, Paris: Les Belles Lettres, 1974.

MARZANO, Annaliza. *Roman Villas in Central Italy. A Social and Economic History*. Leiden e Boston: Brill, 2007.

MARÓTI, Egon The Villicus and The villa system in ancient Italy Oikumene, 1976.

MUÑOZ, Fornell A. La Villa Canónica según los Agrónomos latinos y su constatación arqueológica em Andalucía Humanitas, Jaen 2002 pp1-19.

NOGUEIRA, Maria Angela Villa x Intramurani: A atividade produtiva no mundo antigo na perspectiva de Columela Monografia de Bacharelado de História UFPR, 2006.

TOZZI, G. Economistas Griegos y Romanos. México, Fondo de Cultura Economica, 1968.

ZANNIER, M.P. Paysages Du Grand Domaine et norms agronomiques de Caton à Pline l'ancien. Tese de doutorado Université du Maine 2007.